

A PRAÇA MILITAR DE CAMPO MAIOR NA GUERRA PENINSULAR

FRANCISCO PEREIRA GALEGO

Historiador

A Guerra Peninsular foi um dos mais prolongados conflitos que aconteceram Portugal e talvez o de mais graves consequências. O país esteve em situação de guerra cerca de 12 anos. A população civil foi usada como arma pelos lados em confronto. Portugal teve em armas 10% da sua população. O número de vítimas foi tão elevado que se verificou uma estagnação demográfica.

Comprometido na celebração do II Centenário do Cerco de Campo Maior pelos franceses em 1811, tive de actualizar os meus conhecimentos sobre a Guerra Peninsular (ou da Independência, na perspectiva de Espanha), a fim de contextualizar os acontecimentos que, devido a essa guerra, se foram desencadeando na vila de Campo Maior. A primeira dificuldade foi a adaptação da periodização que tradicionalmente se usava e que é hoje motivo de controvérsia. Torna-se difícil utilizar a antiga periodização com base nas três invasões: a comandada por Junot (1807-1808); a comandada por Soult (1809); a comandada por Massena (1810-1811). Alguns procuram remediar a questão acrescentando mais duas invasões, considerando que foram efectivamente cinco as invasões que Portugal sofreu no seu território. Acrescentam às tradicionalmente consideradas, uma primeira em 1801, ou seja, a Guerra das Laranjas (de 20 de Maio a 7 de Junho de 1801), pois que o exército espanhol sob o comando de Godoy tinha o apoio de tropas francesas que estavam junto à fronteira, prontas para participar nesta acção militar. Só a sede de glória militar de Godoy e a desorganização do exército português que quase não ofereceu resistência, tornaram desnecessária a colaboração das tropas de Napoleão. Por outro lado, também a incursão de Marmont (de 3 a 24 de Abril de 1812), foi uma acção militar desenvolvida pelos franceses em território português, com a intenção de aliviar a pressão do exército dos aliados que ameaçava Badajoz. Na verdade, a periodização tradicional feita pelas três invasões, parece insuficiente para incluir todos as acções militares que, entre 1801 e 1812, foram desenvolvidas em Portugal no contexto da Guerra Peninsular. Mas, a consideração de que terá havido cinco e não apenas três invasões, torna-se difícil de aceitar porque se trata de acções de âmbito muito diferente.

Para contextualizar os acontecimentos desenvolvidos em Campo Maior, no período de 1801 a 1812, elaborei uma periodização que me pareceu mais adequada ao meu propósito. Parti de uma precisão de dois conceitos que aparecem usualmente confundidos, mas que alguns historiadores, principalmente os de formação militar, costumam distinguir e que são os conceitos de *incursão* e de *invasão*. Essa distinção, em meu entendimento, faz-se com base em três critérios: os objectivos, a duração e os efectivos implicados nas acções militares. Enquanto a invasão tem como objectivo a conquista total ou parcial de um território, a incursão consiste numa manobra de pressão, de persuasão ou de diversão para alcançar determinada vantagem política ou militar. Enquanto a invasão é uma acção militar de duração longa, média ou indefinida consoante se trate de conquista definitiva ou de ocupação temporária do território, a incursão limita a sua duração à consecução dos objectivos que a motivaram. Enquanto a invasão implica geralmente efectivos muito numerosos, a incursão recorre a efectivos mais reduzidos.

Foi com base nestes conceitos que elaborei a periodização que me pareceu mais adequada à contextualização dos factos mais significativos que ocorreram em Campo Maior durante a Guerra Peninsular. Esta teve como marcos as seguintes acções militares conduzidas por tropas francesas e espanholas contra o território português: Uma incursão pelo exército de Espanha, a «Guerra das Laranjas» por GODOY (20 de Maio a 7 de Junho de 1801); a 1ª invasão por tropas comandadas por JUNOT (17 de Novembro de 1807 a 15 de Setembro de 1808); a 2ª invasão comandada por SOUL (10 de Março a 18 de Maio de 1809); a invasão comandada por MASSENA (24 de Julho de 1810 a 5 de Abril de 1811); a incursão na Beira Baixa, comandada por MARMONT (3 a 24 de Abril a 1812).

Com base nesta periodização podemos considerar que Campo Maior, ainda que não tendo sofrido os efeitos catastróficos infligidos a muitas outras terras do país, foi, contudo, uma das que sentiu os efeitos da guerra durante mais tempo, pois foi das primeiras povoações a ser ocupada e uma das últimas a ser libertada pelos invasores.

A invasão de Portugal estava determinada de há muito e tornou-se inevitável depois de Napoleão ter constituído o Bloqueio Continental como ponto fulcral do seu conflito com os ingleses. As tentativas de protelamento de uma decisão que agradasse ao Imperador estavam condenadas ao fracasso. O 2º Tratado de Santo Ildefonso, celebrado em 1 de Outubro de 1800, reforçou a aliança entre a França e a Espanha. Nos primeiros dias de Setembro de 1800, a invasão de Portugal esteve eminente, com tropas prontas a passar à acção junto das fronteiras da Galiza sob o comando do general francês Bérthier e, mais a Sul, na fronteira da Extremadura. Em Portugal procedeu-se à intensificação do recrutamento e ao pedido de auxílio militar à Inglaterra que enviou tropas para Portugal. Problemas internos da Espanha levaram a adiar o começo da guerra, mas não por muito tempo. Em 27 de Fevereiro de 1801 a Espanha declarou guerra a Portugal. Em 15 de Maio, um exército espanhol sob o comando supremo de Godoy, estimado em efectivos de 40 a 50 mil homens, invadiu Portugal pela fronteira do Caia-Guadiana, junto de Elvas e Campo Maior. Era o início da incursão que ficou conhecida como a Guerra das Laranjas. Portugal podia contrapor um exército de cerca de 12 mil homens. Além disso, o exército português estava muito mal organizado, pouco treinado, equipado de maneira muito deficiente e com graves problemas nos quadros superiores de comando.

O Alto Alentejo foi rapidamente ocupado pois a resistência do exército português foi quase inexistente, limitando-se a um recuo estratégico até se pôr em resguardo para lá da linha do Tejo. Apenas as praças militares de Elvas e Campo Maior, resistiram. Elvas opôs-se com pleno sucesso a todas as tentativas de cerco. Campo Maior foi cercado por tropas comandadas pelo tenente-general D. Francisco Xavier Negrete. O governador da praça era o engenheiro militar Matias José Dias Azedo, que ofereceu resistência até que as negociações que se desenvolviam em Badajoz ditaram a rendição em 6 de Junho, ou seja, na véspera da assinatura da Paz de Badajoz, em 7 de Junho, depois confirmada pelo Tratado de Madrid de 29 de Setembro. Mas as tropas espanholas

só saíram de Campo Maior em 22 de Novembro, quase 6 meses depois de assinado o Tratado de Paz, em Badajoz.

A 1ª invasão, comandada por Junot, começou com a entrada dos franceses a 17 de Novembro de 1807. Na pressa de chegar a Lisboa para evitar a fuga da família real para o Brasil, atalhou caminho, entrou pela Beira Baixa e chegou com as tropas completamente desgastadas. Nesta invasão deu-se o 1º grande confronto entre franceses e ingleses que desembarcaram forças consideráveis em Portugal, conseguindo vencer as tropas de Junot que se viu compelido a assinar a Convenção de Sintra que ditou a saída do seu exército do território português em 15 de Setembro de 1808.

Campo Maior terá sido das povoações que, nesta invasão, menos sofreram com a presença dos franceses. A ocupação da vila foi entregue ao exército dos espanhóis seus aliados. A 1 de Dezembro de 1807, entrou nesta praça de guerra o regimento de Guardas Walonas e um batalhão do Regimento de Córdova que saíram no dia seguinte. No dia 11 do mesmo mês, entrou na vila o Regimento de Múrcia que no dia 13 continuou a sua marcha. No dia 8 de Janeiro de 1808, entrou um batalhão dos Granadeiros Provinciais de Castela e, no dia seguinte, mais um batalhão do mesmo corpo, que ficaram a fazer a guarnição da Praça.

A 16 de Março, o comando francês decidiu abandonar a Praça de Campo Maior: os seus armazéns foram esvaziados da pólvora, munições e apetrechos de guerra; os arquivos, as espingardas e mais utensílios militares foram mandados para Elvas. Chegaram mesmo ao ponto de esvaziarem o Hospital Militar, levando consigo todos os equipamentos próprios da sua função, bem como todos os produtos guardados no «Assento Militar das provisões de boca» tendo destruído parte dos seus equipamentos. A 14 de Maio, foi extinto o Regimento Nº 20 de Campo Maior que constituía a sua guarnição, sendo, parte dos seus efectivos, enviados para França. A praça de armas de Campo Maior ficou completamente desactivada. No dia 12 de Março entrou um Regimento de Suiços que saiu no dia 13. Não mais se voltaram a ver soldados franceses em Campo Maior. A praça foi evacuada pelos espanhóis a 16 de Março de 1808.

Foi durante esta 1ª invasão que se deu a localmente designada «Revolta de 1808», um dos factos mais significativos que ocorreram nesta praça de guerra durante a Guerra Peninsular e que se insere no contexto de revolta generalizada contra os franceses.

A 2 de Maio de 1808, a população de Madrid revoltou-se contra o exército francês. Apesar da violenta e sangrenta repressão com fuzilamentos em massa, esta insurreição foi o ponto de partida para a luta do povo e de parte do exército espanhol, contra um aliado que se comportava em Espanha como um autêntico conquistador pois, pelo controlo absoluto das estruturas do poder político e militar, anulou a autonomia do Estado espanhol. Esta insurreição de Madrid foi também o início da revolta contra os franceses em Portugal. A luta dos povos peninsulares, apoiados pelos ingleses, não mais parou até à expulsão total das tropas de Napoleão da Península Ibérica, em 1813.

Devido a esta revolta, as tropas espanholas que estavam em Portugal desde a sua entrada com a invasão de Junot, começaram a regressar ao seu país para combater os

franceses. Várias povoações a norte do Douro iniciaram movimentos de revolta que acabaram por se expandir por todo o país, com destaque para a criação de uma Junta Provisional do Supremo Governo do Reino na cidade do Porto, que serviu de estímulo para as várias juntas governativas que se foram constituindo em várias povoações.

Badajoz aderiu à revolta contra os franceses a 30 de Maio de 1808. Os campomaiorenses pediram ajuda à Junta Suprema de Extremadura, presidida pelo capitão general e seu primeiro presidente José Galluzo e Páez. Foi por decisão deste que, com grande contentamento da população, no dia 2 de Julho de 1808, um esquadrão, vindo de Albuquerque, entrou na vila para guarnecer a praça militar de Campo Maior. Foi constituída uma Junta do Governo Provisional de Campo Maior, tendo o comandante do destacamento espanhol, Nicolau Moreno de Monroy, sido constituído seu presidente.

A 4 de Julho procedeu-se à aclamação solene de Sua Alteza Real, o príncipe regente D. João. Foi rezada missa, tendo-se procedido à bênção das bandeiras de Espanha e de Portugal seguida do juramento de bandeiras, feito pelos militares portugueses e espanhóis, pelo senado da Câmara, pelo clero secular e regular e por todo o povo. Depois, as bandeiras foram levadas em procissão até ao castelo onde, entre fogos de canhão e de mosquete, onde foram arvoradas em sinal de união. Nos dias seguintes, a Junta de Campo Maior encarregou-se de organizar a defesa e a segurança pública, de enviar uma delegação à Junta de Badajoz e decidiu enviar um corpo de gente armada aos habitantes das outras povoações para que aderissem à revolta contra os franceses. Foram também enviados dois representantes à cidade do Porto para estabelecerem contacto com a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino que reconheceu a Junta de Campo Maior em 2 de Agosto de 1808, um dia depois do desembarque de forças britânicas comandadas por Wellington em Lavos, perto da Figueira da Foz. Em 3 de Agosto, entraram em Campo Maior o Regimento nº 8 de Castelo de Vide, um regimento de voluntários e um de milícias de Portalegre. Em 20 de Julho, fora formada a Junta de Governo de Évora mas, em 29 de Julho, Loison num fortíssimo contra-ataque retomou Évora e retaliou com saque e fuzilamentos. Logo depois forçou Estremoz a render-se.

Os franceses estavam fortemente armados e bem posicionados na forte praça de guerra que era a cidade de Elvas. Por outro lado, os franceses tinham desarmado completamente a praça de Campo Maior e a própria fortaleza necessitava de reparo pois as muralhas apresentavam algumas brechas, os armazéns estavam vazios de armas, sem munições e a praça tinha sido destituída de guarnição militar. A tudo procurou acudir o comandante Moreno, com o apoio do povo e do exército espanhol.

A Junta do Governo Provisional de Campo Maior, desempenhou um papel importante na revolta contra os franceses, incitando e apoiando as outras povoações na revolta contra os invasores chegando estes a estar confinados, nesta região, à ocupação da praça militar de Elvas. Chegou mesmo a assumir alguma liderança na luta contra os franceses no Alto Alentejo, sobretudo depois da tomada de Évora por

Loison. A situação era muito perigosa devido à proximidade dos franceses na cidade de Elvas. Por esta altura, gente de Campo Maior, levou a efeito um atentado em Elvas, junto ao Forte da Graça, de que resultou a morte do coronel Michel, comandante militar da cidade.

Para vingar a derrota de Junot e recuperar o domínio territorial perdido, Napoleão preparou uma 2ª Invasão de Portugal. Entregou o comando do exército a Soult que entrou pela fronteira norte, pela veiga de Chaves, a 10 de Março de 1809. Tomou Braga e dirigiu-se para a cidade do Porto que ocupou a 29 de Março. As dificuldades para avançar para Sul foram tantas que teve de abandonar a cidade a 13 de Maio, iniciando a retirada até à fronteira, saindo de Portugal por Montalegre a 18 de Maio. Esta acção militar desenvolveu-se apenas nas terras a norte do Douro. Por isso não teve influência directa sobre as terras do Sul.

Este ano e o seguinte foram aproveitados para restaurar o poder militar da praça de guerra de Campo Maior que tantos danos sofrera devido à presença dos franceses. Os moradores encarregaram-se de fazer as reparações necessárias na fortificação, assumindo as despesas. Houve, contudo, um incidente originado não pelos franceses, nem pelos militares espanhóis que guarneciam a praça: nos princípios de Abril de 1809, o General Leite que assumia o comando do exército português no Sul, ordenou que as peças de artilharia de Campo Maior fossem conduzidas para Elvas. O povo revoltou-se e impediu o seu transporte para fora dos muros da fortaleza.

No ano de 1810 foi encargado de orientar as obras de fortificação o major engenheiro José Joaquim Talaya que, no desempenho da sua comissão, assumiu a direcção das obras de restauro. Era a segunda vez que um engenheiro militar chegava a Campo Maior para prover às obras necessárias na fortaleza e acabava a defender, como governador, a praça cercada por um exército. Já antes disso acontecera, com o engenheiro militar Matias José Dias Azedo, no cerco de 1801, no contexto da Guerra das Laranjas. Como veremos a situação repetiu-se com o Major Talaya em 1811.

Mas a vila e a sua população continuavam a sofrer os efeitos da guerra pois que, nos anos de 1809 e 1810, passaram por Campo Maior várias divisões de tropas espanholas que foram deixando na vila um rasto de destruição. Muitas casas foram arruinadas pelos soldados que lhe iam tirando os madeiramentos e as portas que queimavam como lenha e devastavam os campos por onde passavam.

Neste ano de 1810, a 3ª Invasão de Portugal pelos franceses, comandados por Massena, começou em 24 de Julho com a Batalha do Rio Côa em que as forças anglo-lusas do general Crawford foram derrotadas. Mas esta nova acção desencadeada contra Portugal pelos exércitos de Napoleão teve como teatro principal as terras entre o Douro e o Tejo. Massena foi travado pelas Linhas de Torres Vedras, sistema defensivo mandado erguer por Arthur Wellesley, tendo acabado por ser forçado a retirar para atravessar a fronteira em 5 de Abril de 1811. Contudo, numa tentativa de auxiliar Massena, o Exército do Sul, estacionado na Andaluzia sob o comando de Soult, ocupou Mérida, Olivença, Badajoz e Campo Maior. Foi neste contexto que se deu o Cerco de 1811, a

acção militar mais importante das que se desenvolveram nesta praça de guerra durante a Guerra Peninsular.

Campo Maior, como praça de guerra, integrava com Ouguela, Elvas, Juromenha e Olivença o arco defensivo de um dos mais importantes eixos de penetração no território português. O Alto Alentejo era, pelas características do seu território, a continuidade da Extremadura espanhola, sem obstáculos de monta. Pela sua localização em relação a Lisboa, era opção preferencial de qualquer projecto de conquista de Portugal. A via de comunicação Badajoz, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo permitia a um exército numeroso atingir, com bastante facilidade, dois pontos fulcrais: Lisboa e a Península de Setúbal.

Este fora o teatro de guerra privilegiado na Guerra das Laranjas, a 1ª incursão no contexto da Guerra Peninsular. Mas, nas invasões francesas, o eixo de penetração alentejano teve sempre um papel secundário. Na 1ª invasão, o exército comandado por Junot entrou pela Beira Baixa. Na 2ª invasão Soult privilegiou a fronteira norte, entrando por Chaves. Na 3ª invasão, com Massena e na 2ª incursão com Marmont, o corredor de invasão escolhido foram as terras de fronteira da Beira.

Na parte final da invasão comandada por Massena as acções militares, até aí muito centradas a norte do Tejo, vão começar a incidir mais sobre os territórios a sul. Então, o eixo Elvas-Badajoz tornou-se muito importante. O exército francês que, até aí, desenvolvia acções de guerra de carácter ofensivo, passou a ter uma atitude defensiva perante as forças inglesas que, uma vez libertado o território português da presença dos franceses, passaram à ofensiva, formando com os portugueses e com os espanhóis um exército de aliados que expulsou os franceses da Península Ibérica e que foi mesmo além Pireneus para combater Napoleão, até à sua derrota final.

Ao contrário dos franceses que tinham como princípio básico das suas campanhas militares que os exércitos se deviam sustentar à custa dos recursos das terras onde desenvolviam as suas acções militares, as forças inglesas procuravam garantir o seu abastecimento com os recursos que lhes chegavam pelo litoral. Daí a sua preocupação em manterem abertas as vias de comunicação com os portos de mar. Nesta conjuntura, o teatro de operações do Alentejo passou a ser primordial. Duas fortalezas de primeira grandeza – Badajoz e Elvas – vão ser disputadas pelas forças em confronto. Elvas permaneceu invicta, em poder de Portugal. Badajoz sofreu sucessivos cercos. Numa primeira fase, em poder dos espanhóis, procurou resistir. Mas, cercada pelos franceses, foi tomada em 10 de Março de 1811 que só em 6 de Abril de 1812 saíram da cidade, vencidos pelas tropas aliadas sob o comando de Arthur Wellesley, duque de Wellington.

Foi durante o cerco a Badajoz, em que os franceses tomaram a praça, que estes puseram cerco à praça de Campo Maior. Antes, Soult que viera da Andaluzia para apoiar Massena, ocupara Mérida. Em 17 de Janeiro, tinha-se rendido Olivença e as guarnições de Albuquerque e Valência de Alcântara, sabendo da queda de Badajoz, abandonaram as povoações. Restavam Elvas e Campo Maior para que o acesso ao corredor de invasão pelo Alto Alentejo ficasse totalmente dominado pelos franceses.

A necessidade de reforçar as linhas de defesa de Lisboa para deter o avanço do exército francês comandado por Massena, levava a uma concentração de tropas em volta da capital que enfraqueceu a defesa das praças de fronteira. Daí o sucesso das tropas comandadas por Soult, na fronteira do Alto Alentejo. Mas, em 5 de Março, o exército de Massena começou a retirar das suas posições frente às linhas defensivas de Lisboa. Dirigiu-se para a fronteira da Beira, tendo por aí permanecido durante um mês, até atravessar a fronteira luso-espanhola em 5 de Abril.

Arthur Wellesley, temendo que Massena pudesse ser socorrido por Soult, organizou um corpo de 20 mil homens que, sob o comando de William Carr Beresford, atravessou o Tejo para se dirigir à fronteira leste em direcção a Badajoz.

Em 8 de Março de 1811, dois dias antes da queda de Badajoz, o marechal Mortier que assumira o comando das tropas francesas que cercavam a cidade, enviou um corpo de 4 a 5 mil homens, sob o comando do general Girard, para cercar Campo Maior. A vila estava muito mal guarnecida de tropas e mal provida de armas, pólvora e munições. A tropa espanhola que a guarnecia, devido à pressão que os espanhóis estavam a exercer sobre Badajoz, tinha retirado de Campo Maior em 4 de Março. O comando da praça estava entregue ao engenheiro militar Major Talaya que dispunha de muito fracos recursos para resistir ao cerco: um batalhão de cerca de 200 milicianos de Portalegre que tinham entrado na praça em 3 de Março; 300 ordenanças, dos quais apenas para 100 havia armas; de tropas de linha, apenas 45 artilheiros. A 9 de Março estava posto o cerco numa situação de grande desequilíbrio de forças entre sitiantes e sitiados.

A situação da praça de Campo Maior era pouco menos que insustentável. Mas a notícia de que Beresford vinha socorrê-la, deve ter sido a razão da decisão tomada pelo seu governador, o Major Talaya, de resistir até ao limite. Optou por uma estratégia para atingir o seu objectivo que assentou em duas tácticas fundamentais: Em primeiro lugar, devido à carência de efectivos militares, procurou ganhar a confiança e o apoio da população, o que se veio a tornar fundamental porque, a certa altura, os milicianos que constituíam a parte maior da guarnição da praça, se recusaram a continuar a lutar; por outro lado, devido aos recursos insuficientes de que dispunha, recorreu à simulação de que possuía uma capacidade maior do que aquela de que efectivamente dispunha. Conseguiu assim o que, à partida, parecia impossível de alcançar: Resistiu durante duas semanas; aceitou render-se em condições muito honrosas quando só já dispunha de pólvora para combater mais um dia; conseguiu, mesmo assim, protelar a entrada dos franceses até dois dias depois da rendição e só se entretanto não fosse socorrido.

Com estas inteligentes artimanhas, os franceses só entram na praça de guerra de Campo Maior em 24 de Março. O marechal Mortier deu ordens para que a praça fosse desarmada, destruídas as suas fortificações, levado todo o material de artilharia e todos os víveres do Assento Militar para Badajoz. Mas, talvez por terem pensado que Beresford, ao saber da tomada de Badajoz iria retardar a sua marcha, estas ordens tardaram a ser cumpridas. Por isso, apanhados de surpresa pela chegada de Beresford logo no dia seguinte, tiveram de sair precipitadamente, levando apenas alguns canhões,

viveres e gado. Como o exército inglês foi em sua perseguição, travou-se um recontro que foi designado por Batalha de Campo Maior com vantagem para as forças anglo-lusas.

Salvara-se a praça de guerra que, a partir daí, desempenhou a função importante de servir como ponto de apoio às forças aliadas que combateram pela tomada de Badajoz, até à capitulação dos franceses em 5 de Abril de 1812.

BIBLIOGRAFIA BREVE REFERIDA A CAMPO MAIOR

Comissão do Centenário da Guerra Peninsular – *O cerco de Campo Maior em 1811*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911

Dubraz, João – *Recordações dos últimos quarenta anos*. Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1ª ed. 1868, 2ª ed. 1869.

Fonseca, Frei João Mariano de Nossa Senhora do Carmo – *Relação abreviada dos actos mais recomendáveis da Revolução de Campo Maior*. Lisboa: Imprensa Régia, 1813.

Fonseca, Frei João Mariano de Nossa Senhora do Carmo – *Memória da Junta Militar de Campo Maior ou História da Revolução desta Leal e Valorosa Vila*. Elvas: António José Torres de Carvalho, 1912.

Lamarre, Coronel – *Relación de los sitios y defensas de Olivença, de Badajoz y de Campo Maior en 1811 y 1812 por las tropas francesas del Ejército de Médio-día*. Badajoz: Instituição Cultural Pedro de Valencia, 1981.

Villar, Major Francisco de Paula da Silva – *O Sargento-mór Talaya – Defensor da Praça de Campo Maior em 1811*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1914.